

n.6 | 2020
Nov./Dez.

SUMÁRIOS

Correntes de Direito

Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO
BIBLIOTECA DO TJ/EMERJ**

**SUMÁRIOS CORRENTES
DE DIREITO**

TJ/EMERJ

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Desembargador Claudio de Mello Tavares

Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ
Desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade

Diretor do Departamento de Ensino - DENSE
José Renato Teixeira Videira

Diretora da Biblioteca do TJ/EMERJ
Elaine Costa Soares Silva

Elaborado pela Equipe:
Denise Gomes Santos
Luiz Carlos Fernandes Loeser

Sumários Correntes de Direito/Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: Biblioteca do TJ/RJ, 1997 – .
Bimestral.

1. Direito – Índices. I. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

ÍNDICE

TÍTULOS

PERIÓDICOS NACIONAIS

- 7 A&C - REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL
- 7 INTERESSE PÚBLICO
- 8 JUSTIÇA & CIDADANIA
- 9 REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO CIVIL
- 10 REVISTA BRASILEIRA DE DIRETO COMERCIAL: EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL E DO CONSUMIDOR
- 11 REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL
- 11 REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL
- 12 REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO
- 13 REVISTA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS
- 14 REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO
- 15 REVISTA DE DIREITO EMPRESARIAL
- 16 REVISTA DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS
- 16 REVISTA FÓRUM DE DIREITO CIVIL
- 18 REVISTA FÓRUM DE DIREITO TRIBUTÁRIO
- 19 REVISTA IBDFAM FAMÍLIAS E SUCESSÕES
- 21 REVISTA JURÍDICA
- 22 REVISTA MAGISTER DE DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO
- 22 REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL
- 24 REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL
- 25 REVISTA NACIONAL DE DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
- 26 REVISTA SÍNTESE DIREITO ADMINISTRATIVO
- 27 REVISTA SÍNTESE DIREITO DE FAMÍLIA
- 28 REVISTA SÍNTESE DIREITO EMPRESARIAL
- 28 REVISTA SÍNTESE DIREITO IMOBILIÁRIO
- 30 REVISTA SÍNTESE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL
- 31 REVISTA SÍNTESE DIREITO PREVIDENCIÁRIO
- 31 REVISTA SÍNTESE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

P E R I Ó D I C O S
N A C I O N A I S

A&C - REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL

Fórum - Belo Horizonte, MG

ANO 19 | NÚMERO 78 | OUTUBRO/DEZEMBRO | 2019

- 13 El impacto de la jurisprudencia interamericana sobre las decisiones de la administración pública
JUAN CARLOS COVILLA MARTÍNEZ
- 33 Oportunidades y desafíos de la noción de semidescentralización: reflexiones con ejemplos de camerún, Canadá, Francia y Líbano
ADRIEN MONAT
- 63 The constitutionality of the early prorogation of the public service concessions
ODONE SANGUINÉ e FELIPE MONTENEGRO VIVIANI GUIMARÃES
- 87 Sustentabilidade econômica e políticas públicas
FABRÍCIO MOTTA e ANTÔNIO FLÁVIO DE OLIVEIRA
- 115 Democracia participativa na gestão pública eficiente da cidade
LIGIA MARIA SILVA MELO DE CASIMIRO e RAQUEL RAMOS MACHADO
- 137 A prevenção e a repressão ao fenômeno multinacional da corrupção: o papel indutivo dos instrumentos normativos internacionais e regionais sobre o ordenamento jurídico brasileiro atinente à matéria como forma de proteção multinível aos direitos fundamentais
FELIPE DALENOGARE ALVES e MÔNIA CLARISSA HENNIG LEAL
- 165 Das liberdades públicas aos direitos fundamentais: um estudo do caso francês
GABRIEL REZENDE DE SOUZA PINTO
- 195 A lei de introdução às normas do direito brasileiro e a ampliação dos parâmetros de controle dos atos administrativos: um novo paradigma
EDILSON VITORELLI
- 221 Da responsabilidade civil do Estado por omissão fiscalizatória: acidentalidade provocada pelo rompimento da barragem de Brumadinho
EDIMUR FERREIRA DE FARIA e RENATA MARTINS DE SOUZA
- 249 Quem tem notável saber jurídico? O papel da Presidência da República e do Senado Federal no processo de nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal na Constituição Federal de 1988
DANIEL BARILE DA SILVEIRA

INTERESSE PÚBLICO

Ed. Fórum – Belo Horizonte, MG

ANO XXII | NÚMERO 120 | MARÇO/ABRIL | 2020

- 15 A racionalidade kantiana no direito (ainda) público
EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MARÍLIA BARROS XAVIER
- 37 A fé pública e a presunção de validade dos atos estatais
MAURÍCIO ZOCKUN e CAROLINA ZANCANER ZOCKUN

- 59 O direito n(d)o século XXI e o poder judiciário: correção normativa e a segurança jurídica na modulação dos efeitos da mudança jurisprudencial
LEONARDO DE ARAÚJO FERRAZ e DANIEL MARTINS E AVELAR
- 83 Direito administrativo sancionador brasileiro: breve evolução, identidade, abrangência e funcionalidades
JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA e DINORÁ ADELAIDE MUSETTI GROTTI
- 127 Pontes de Miranda e o direito administrativo
FÁBIO LINS DE LESSA CARVALHO
- 159 O atual descaso com o direito à saúde no Brasil observado nos planos coletivos e a necessidade de regulamentação do percentual anual de reajuste em virtude do silêncio normativo da ANS: uma análise exemplificativa da jurisprudência do STJ e do TJDFT
RENATA DE ASSIS CALSING, JÚLIO EDSTRON S. SANTOS e JONAS SALES FERNANDES DA SILVA
- 183 A transparência na concessão de incentivos tributários e a demonstração da renúncia de receita tributária: realidade, perspectivas e possibilidades
TÊMIS LIMBERGER e LUIZ FELIPE MENEZES TRONQUINI
- 213 Contratos de parcerias público-privadas no contexto das smart cities: gestão de resíduos sólidos
MÁRCIA WALQUÍRIA BATISTA DOS SANTOS e ANA CARLA BLIACHERIENE
- 243 Controle externo de políticas públicas: dificuldades e propostas de aperfeiçoamento da atividade dos Tribunais de Contas
NILSON ELIAS DE CARVALHO JÚNIOR e JOSÉ QUERINO TAVARES NETO
- 265 Sobre o silêncio administrativo e a Lei da Liberdade Econômica: considerações acerca dos contornos e possíveis consequências decorrentes do artigo 3º, inciso IX, da Lei nº 13.874/2019
JOSÉ SÉRGIO DA SILVA CRISTÓVAM e LUIZA BECKHAUSER MALLON

JUSTIÇA & CIDADANIA

Ed. Justiça & Cidadania – Rio de Janeiro, RJ

NÚMERO 233 | JANEIRO | 2020

- 8 Interpretação e aplicação do direito – método e legitimidade da ação judicial
DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
- 14 Tribunais americanos e segurança nacional
PETER J. MESSITTE
- 40 O sistema de precedentes no Código de Processo Civil e o papel uniformizador da jurisprudência do STJ
ARY RAGHIANY NETO
- 42 A relação entre os direitos fundamentais e a justiça administrativa
DÉBORA MALIKI
- 47 Registro de imóveis na era digital
ALEXANDRE CHINI e MIGUEL ANGELO DE ALVARENGA LOPES

NÚMERO 234 | FEVEREIRO | 2020

- 16 Cláusulas especiais do contrato de trabalho
JOSÉ GERALDO DA FONSECA
- 23 Nova competência da justiça militar
PÉRICLES AURÉLIO L. DE QUEIROZ
- 28 Aperfeiçoamento com respeito à Constituição
FERNANDO MENDES
- 32 Anatomia do crime de apropriação indébita do ICMS
KIYOSHI HARADA
- 46 A Lei nº 13.964/2019 e os acordos em matéria de improbidade administrativa
JOSÉ ROBERTO MELLO PORTO

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO CIVIL

Instituto Brasileiro de Direito Civil - Belo Horizonte, MG

ANO 04 | VOLUME 23 | JANEIRO/MARÇO | 2020

- 17 A condição de herdeiro necessário do companheiro sobrevivente
ANA LUIZA MAIA NEVARES
- 39 Frustração do fim do contrato: análise de seu perfil conceitual
GIOVANNI ETTORE NANNI
- 57 Pessoa e sujeito de direito: reflexões sobre a proposta europeia de personalidade jurídica eletrônica
MARCOS EHRHARDT JÚNIOR e GABRIELA BUARQUE PEREIRA SILVA
- 81 Direito à convivência família de crianças e de adolescentes e tutela: por uma nova relação entre pupilo e tutor
MARCELO DE MELLO VIEIRA
- 101 Pre-contractual liability in Italy between tort and contract law. Some comparative remarks
GEO MAGRI
- 129 Comentários ao EREsp nº 1.281.594/SP e os elementos para uma teoria unitária de responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro
MARIA CAROLINA BICHARA
- 145 Revogação de adoção no Código Civil de 1916 – interpretação do negócio jurídico: limites
CARLOS ROBERTO BARBOSA MOREIRA
- 155 Exploração econômica de perfis de pessoas falecidas: reflexões jurídicas a partir do caso Gugu Liberato
GABRIEL HONORATO e LIVIA TEIXEIRA LEAL
- 175 Planos privados de assistência à saúde e boa-fé objetiva: natureza do rol de doenças estabelecido pela Agência Nacional de Saúde para fins de cobertura contratual obrigatória
ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA

REVISTA BRASILEIRA DE DIRETO COMERCIAL: EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL E DO CONSUMIDOR

Magister – Porto Alegre, RS

ANO VI | NÚMERO 34 | ABRIL/MAIO | 2020

- 5 Ponderação equilibrada de princípios: a possibilidade jurídica de empresa em recuperação judicial participar de licitações públicas
JONABIO BARBOSA DOS SANTOS e TÁSSIA AMORIM FIGUEIREDO
- 31 Acesso à justiça e a obrigatoriedade da utilização dos mecanismos de *online dispute resolution*: um estudo da plataforma *Consumidor.gov*
SUSANA HENRIQUES DA COSTA e JOÃO EBERHARDT FRANCISCO
- 50 Agenda 4.0 e o Rota 2030 no setor automobilístico brasileiro: análise comparativa com o programa inovar-auto e a adequação aos princípios da não discriminação e da vedação às restrições quantitativas do GATT
MARIA RAQUEL FIRMINO RAMOS
- 72 Mediação empresarial: uma abordagem principiológica e social na recuperação do crédito diante da covid-19
IONE GALOZA DE AZEVEDO, VÂNIA MARCIA SILVA DO CARMO BRITO e VIVIANE BASTOS MACHADO
- 84 Receita de sucesso para investir em uma franquia
WANDER BARBOSA
- 101 A autonomia privada na eleição de lei nos contratos internacionais
BRUNA LUIZA GASPAR
- 120 A importância das normas de *compliance* alinhadas com a lei geral de proteção de dados no ambiente hospitalar
RUBENS SALES SILVA e ANSELMO GONÇALVES

ANO VI | NÚMERO 35 | JUNHO/JULHO | 2020

- 5 A função social do contrato como elemento comum aos vícios sociais do negócio jurídico, o planejamento tributário abusivo e os princípios basilares da contabilidade
MILENA ZAMPIERI SELLMANN e PRISCILA GOMES
- 47 A eficiência do site *Consumidor.gov.br* enquanto método de resolução extrajudicial de controvérsias: uma avaliação a partir da análise econômica do direito
JEAN CARLOS DIAS e CAMILA JATENE RAMOS
- 68 O coronavírus e as relações jurídicas contratuais
CAIO OLIVEIRA DOS SANTOS
- 79 A função punitiva do dano moral como instrumento para melhoria do mercado de consumo
ALESSANDRO HIRATA e GUILHERME LUIZ FIORI BRISOTTI
- 100 Adoção do mecanismo processual de *Class Action* no Brasil para responsabilidade civil dos controladores e administradores na indenização dos acionistas minoritários
LAÉRCIO DE MORAIS JÚNIOR
- 117 O contrato de licença de uso de marca na indústria da moda
FABIOLA MELO MIGUELETE

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL

Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral - Belo Horizonte, MG

ANO 12 | NÚMERO 22 | JANEIRO/JUNHO | 2020

- 9 A influência religiosa no processo legislativo: obrigação de neutralidade do Estado
ALESSANDRA MACHADO CUNHA e DANIEL C. PAGLIUSI RODRIGUES
- 25 A denúncia caluniosa com finalidade eleitoral: uma inovação necessária?
HUMBERTO LUCCHESI DE CARVALHO
- 43 A atuação dos parlamentos na pandemia
KARLA LARYSSA DE CASTRO PEREIRA
- 59 (In)elegibilidade do(a) viúvo(a) de prefeito(a) municipal reeleito(a) para concorrer a este cargo nas eleições municipais próximas
LAYON NÍCOLAS DIAS PEREIRA
- 79 O modelo atual do financiamento de campanhas eleitorais no Brasil
LUANA DOS SANTOS MEDEIROS e LINO JOSÉ DE SOUZA CHÍXARO
- 91 Gravações ambientais no direito processual eleitoral: análise da jurisprudência do TSE e perspectivas para o julgamento do tema 979 (STF)
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA e CAIO CÉSAR BUENO SCHINEMANN
- 117 Candidaturas avulsas e a Constituição Federal de 1988: uma análise à luz da convenção americana de direitos humanos
MÁRCIO RICARDO STAFFEN, FELIPE NAVAS PRÓSPERO e ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO
- 143 *Fake news* e liberdade de expressão: uma análise das decisões do Tribunal Superior Eleitoral nas eleições presidenciais de 2018
MARIANA ALBUQUERQUE RABELO
- 169 A lei da ficha limpa: inovações e aspectos controvertidos na esfera eleitoral
MAYARA RODRIGUES PANSERA
- 203 O Tribunal Superior Eleitoral e a inserção eleitoral de “trans-gressores”: um exame da decisão na consulta 0604054-58.2017.6.00.0000
MENELICK DE CARVALHO NETTO, PAULO LOTTI VECCHIATTI e ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO
- 221 Tempo mínimo de propaganda eleitoral em rádio e tv: por um jogo justo
NELSON ZUNINO NETO

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL

Editora Fórum – Belo Horizonte, MG

ANO 28 | NÚMERO 109 | JANEIRO/MARÇO | 2020

- 19 Medidas executivas atípicas nas obrigações pecuniárias: uma anátema de suas inconstitucionalidades
ANTÔNIO CARVALHO FILHO, DIEGO CREVELIN DE SOUSA e MATEUS COSTA PEREIRA
- 55 A manifestação do exequente como causa de interrupção da prescrição intercorrente na execução civil
ARLETE INÊS AURELLI

- 69 Divisão funcional do poder do Estado: entre o ativismo judicial e o garantismo processual
DANIEL FERREIRA e LUCIANA BENASSI GOMES CARVALHO
- 93 A aproximação do processo do trabalho ao processo civil: a reforma de 2017 a partir da perspectiva do CPC de 2015
DANILO SCRAMIN ALVES e ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO
- 111 La diversidad de lo probable: apuntes sobre prueba y probabilidad
DIEGO DEI VECCHI
- 143 Dos meios típicos aos meios atípicos de execução: o giro paradigmático à luz da teoria dos direitos fundamentais
DIOGO ABINEDER FERREIRA NOLASCO PEREIRA e CÉSAR ROMERO DO CARMO
- 159 Litigiosidade repetitiva, IRDR e acesso à justiça
ISABEL MILMAN
- 181 La prueba de oficio: hacia el respeto de las garantías procesales, una lectura desde el Código Procesal Civil de Colombia y Brasil
LILIANA DAMARIS PABÓN GIRALDO
- 199 A (ir)retroatividade da decisão que modifica o valor da multa coercitiva no CPC
LUIZ CLÁUDIO CARDONA
- 225 Considerações práticas sobre a atuação dos mediadores e conciliadores na audiência do art. 334 do CPC: uma análise das principais técnicas de gestão consensual de conflitos
NILSITON RODRIGUES DE ANDRADE ARAGÃO
- 251 O poder do juiz de produzir prova de ofício: uma análise histórica
PEDRO GOMES DE QUEIROZ
- 271 Metodologia, cultura e o CPC/15
RAFAEL DE SOUZA MEDEIROS
- 295 Efectos de las resoluciones constitucionales. El precedente constitucional
RAÚL CANELO RABANAL
- 319 Garantismo processual versus “neoprocessualismo”: as iniciativas probatórias oficiosas são constitucionais?
JÚLIO CÉSAR ROSSI

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO

Instituto Brasileiro de Direito Público - Belo Horizonte, MG

ANO 18 | NÚMERO 68 | JANEIRO/MARÇO | 2020

- 9 Estado de necessidade administrativo e poder de polícia: o caso do novo coronavírus
RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA
- 25 A nova lei de abuso de autoridade e os atos praticados por comissões parlamentares de inquérito
RICARDO BENETTI FERNANDES MOÇA
- 49 A inversão de fases nas licitações: a constitucionalidade das leis estaduais e municipais
FLÁVIO AMARAL GARCIA e RODRIGO CRELIER ZAMBÃO DA SILVA

- 55 Expectativa e realidade: uma análise pragmática dos litígios de saúde
CAROLINE TAUKE
- 79 Médico e paciente: o amparo do direito no dilema da transfusão sanguínea de pacientes Testemunhas de Jeová
JOSÉ ARTUR MARTINS
- 91 Financiamento público federal para projetos de organizações da sociedade civil em defesa de grupos e minorias vulneráveis
THIAGO L. F. DONNINI
- 119 Fundos da infância e adolescência (FIA) e do idoso: responsabilidade do gestor público por desvio de finalidade das verbas
RENATO DOLABELLA MELO e GIULIA PARREIRA XAVIER DO VALE
- 137 Cargos em comissão: entre a vigilância permanente e a fronteira da gestão de pessoas
MARCELO SANTINI BRANDO
- 147 *A Golden Share* como um ato administrativo
RAPHAEL BOËCHAT ALVES MACHADO e TOMÁS LIMA DE CARVALHO
- 171 A relação regulamentar-contratual e os reflexos na regulação ferroviária
ADRIANO SOARES DA COSTA
- 213 Teoria da derrotabilidade (*defeasibility*) das normas
RODRIGO WELHMER RAASCH
- 223 Adeus, Kelsen: as três faces do Supremo Tribunal Federal como legislador positivo
TERESA CRISTINA DE MELO COSTA

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS

Editora LexMagister - Porto Alegre, RS

ANO IX | NÚMERO 33 | ABRIL/JUNHO | 2020

- 5 A Lei Maria da Penha, sustentabilidade e sua efetividade prática
MAGNO FEDERICI GOMES, EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA e IZADORA GABRIELE DOS SANTOS OLIVEIRA
- 15 As revoluções industriais e o meio ambiente do trabalho: reflexões, análises, comparações e os fundamentos do direito do trabalho
CLÁUDIO JANNOTTI DA ROCHA, LORENA VASCONCELOS PORTO e RÚBIA ZANOTELLI DE ALVARENGA
- 32 A proteção integral à criança no sistema internacional de direitos humanos e seu impacto no direito brasileiro
CAROLINA ALVES DE SOUZA LIMA e VIVIAN NETTO MACHADO SANTARÉM
- 57 Busca e apreensão domiciliar à luz dos direitos fundamentais e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro
SILVIO LUÍS FERREIRA DA ROCHA e STEFANI MIRANDA LIMA
- 79 Constituição, democracia e integridade: o estado democrático de direito e a coerência institucional na atuação do Estado – uma visão com base no sistema constitucional português
RAPHAEL SILVA RODRIGUES, RODRIGO ALMEIDA MAGALHÃES e THIAGO PENIDO MARTINS

- 104 Cidadania e deficiência: Portugal e Brasil
ALEX NEDER
- 121 A idiosincrasia dos direitos humanos no sistema capitalista
TANIA MARA FELIPE DE ALMEIDA

REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Ed. Revista dos Tribunais – São Paulo, SP

ANO 17 | NÚMERO 64 | JANEIRO/MARÇO | 2020

- 69 Desafios e soluções da arbitragem de classe
ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA
- 75 *Compliance* e arbitragem: primeiros passos?
MARTIM DELLA VALLE
- 107 Arbitragem societária no direito brasileiro: questões práticas sob perspectiva comparada
ANDRESSA M. R. CAVALCANTE
- 143 O art. 136-A da Lei das S/A e seus reflexos na vida da companhia
NAIRO ELO DE CERQUEIRA LIMA NETO
- 163 Aspectos do *third-party funding* e o dever de revelação do árbitro
RICCARDO GIULIANO FIGUEIRA TORRE
- 203 Foreword of the work of Cláudio Filkenstein
JAN PAULSSON
- 207 Direito internacional e arbitragem. Estudos em homenagem ao Prof. Cláudio Finkelstein
ARNOLDO WALD
- 211 Apresentação da obra do Professor Kazuo Watanabe
HUMBERTO THEODORO JÚNIOR
- 215 Prefácio da obra de Kazuo Watanabe
ELLEN GRACIE NORTHFLEET
- 219 O pensamento sistêmico, as constelações e o judiciário brasileiro
LEIA BERTUOL
- 237 O papel da mediação e da conciliação na qualidade da jurisdição
TATIELE GISCH KUNTZ e VICTOR PRIEBE
- 259 A vinculação de terceiros à convenção de arbitragem: algumas reflexões
DIOGO COSTA GONÇALVES
- 277 Órgãos extrajudiciais de conciliação
ADA PELLEGRINI GRINOVER

REVISTA DE DIREITO EMPRESARIAL

Editora Fórum - Belo Horizonte, MG

ANO 16 | NÚMERO 3 | SETEMBRO/DEZEMBRO | 2019

- 11 A aplicação do *vesting* às *startups* brasileiras
JASON SOARES DE ALBERGARIA NETO e GUILHERME MATTOS SALLES
- 31 Empresas estatais e governança corporativa: o papel da CVM na imposição da Lei das Estatais
VINÍCIUS KLEIN e GUILHERME GRANDO
- 47 *Compliance* e as sanções disciplinares na perspectiva de teoria da associação diferencial
CAROLINE DA ROSA PINHEIRO, CAROLINA GUIMARÃES AYUPE e HUGO VIDIGAL FERREIRA NETO
- 65 Investimento anjo: considerações acerca das modalidades jurídicas para aporte de investimento
EDUARDO OLIVEIRA AGUSTINHO, ANA LUISA LOPES GOMES e ANDREI LEMISZ SILVERIO DOS SANTOS
- 85 O processo virtual e a execução da cédula de crédito bancário eletrônica
RENATA CARVALHO KOBUS e GUILHERME REIS GONÇALVES
- 101 Introdução ao mercado de pagamentos e sua regulação
JOÃO MANOEL DE LIMA JUNIOR e JOSÉ EGÍDIO ALTOÉ JUNIOR
- 123 O negócio jurídico processual enquanto instrumento de facilitação de resolução de conflitos nas ações de dissolução parcial de sociedades limitadas e apuração de haveres no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina
JOÃO FELIPE NOGUEIRA ALVARES e ANDRÉ MARTIN
- 143 A teoria da empresa em direito e economia
RAFAEL DE OLIVEIRA MONACO e ROGERIO BORBA DA SILVA
- 161 Da moeda física à *cryptocoin*
MARIA EUGÊNIA REIS FINKELSTEIN
- 191 A desconsideração da personalidade jurídica sob a ótica da Lei nº 13.874/2019
SANDRO MANSUR GIBRAN, DÂNTON HILÁRIO ZANETTI DE OLIVEIRA e JULIANA MARKENDORF NODA

ANO 17 | NÚMERO 1 | JANEIRO/ABRIL | 2020

- 11 A legalidade dos “*Initial Coin Offerings*” no Brasil: tendências e perspectivas regulatórias
CESAR VITERBO MATOS SANTOLIM e DOUGLAS OLIVEIRA DONIN
- 37 Ao infinito e além: o impacto do Código de Processo Civil nas ações de dissolução de sociedade em Fortaleza/CE
UINIE CAMINHA e ANDRESSA BORGES MONTEIRO PIRES
- 57 A viabilização legal do plano de recuperação judicial no direito concursal brasileiro
VINÍCIUS JOSÉ MARQUES GONTIJO e LUCAS TADEU PRADO RODRIGUES
- 79 A (in)constitucionalidade da parte final do artigo 980-A do Código Civil
NATHALIE KUCZURA NEDEL e BRUNA HUNDERTMARCH
- 95 Empresa e direitos humanos em uma economia globalizada
SAMYRA HAYDÉE DAL FARRA NASPOLINI e LUÍS FILIPE FERNANDES FERREIRA
- 115 O conflito entre os nomes de domínio e outros sinais distintivos empresariais
ROGERIO BORBA DA SILVA e RAFAEL DE OLIVEIRA MONACO

- 137 Os “meios alternativos” não são tão “alternativos” – Garantias processuais, “companhia como tribunal” e o caso do MercadoLivre
GUSTAVO OSNA
- 157 Análise do monopólio dos Correios no Brasil
ANTÔNIO CARLOS EFING, ANA CAROLINA FONTANA DE MATTOS e LEONARDO GURECK NETO
- 175 Direito transnacional do trabalho: tentativa de combate à precarização em nível global
ANDRE STUDART LEITÃO, MARINA NOGUEIRA DE ALMEIDA e DAVI BARROS BENEVIDES
- 193 The new brazilian civil procedure code and its developments towards efficient outcomes
THAMI COVATTI PIAIA e MAGNUM KOURY DE FIGUEIREDO ELTZ

REVISTA DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS

Ed. Síntese – Porto Alegre, RS

ANO XXIII | NÚMERO 135 | SETEMBRO/OUTUBRO | 2020

- 9 Breves comentários sobre eficiência na arrecadação tributária: estoque de dívida ativa de pequena monta e meios alternativos de recuperação de crédito
RAFAEL ALBERTONI FAGANELLO
- 40 A decadência para constituição do crédito de ITCD *causa mortis*: uma análise das implicações do julgamento do recurso extraordinário nº 562.045/RS no termo inicial e fluência do prazo decadencial
PEDRO FÜLBER SIMON E VICTORIA WERNER DE NADAL
- 63 A facultatividade da competência tributária e a gestão fiscal responsável
VALTERLEI A. DA COSTA
- 81 Supremacia do interesse público em perspectiva e boa-fé objetiva nas relações jurídico-tributárias
LEONARDO TELLES VARELA CORRÊA
- 102 Legalidade fiscal e não retroatividade dos impostos na Constituição da república portuguesa
ARTHUR PATTUSSI BEDIN

REVISTA FÓRUM DE DIREITO CIVIL

Editora Fórum - Belo Horizonte, MG

ANO 9 | NÚMERO 23 | JANEIRO/ABRIL | 2020

- 19 O direito de laje é uma forma de garantir o efetivo cumprimento do direito à moradia com base na análise da função social da cidade?
REBECCA DE MOURA CALDAS e ADNA ALMEIDA DE ALBUQUERQUE
- 39 A usucapião familiar e a questão da rediscussão da culpa no ordenamento jurídico brasileiro
RÊNIO LÍBERO LEITE LIMA e FELIPE EMANOEL DOS ANJOS GONÇALVES

- 63 Práticas abusivas e publicidades enganosas na *Black Friday* no contexto do direito do consumidor brasileiro
THAYANNY TEIXEIRA SANTOS
- 89 Mediação como método adequado de resolução de disputas aplicado à solução de conflitos familiares e seus reflexos no âmbito do judiciário brasileiro
JULIANA MELO NAVARRO
- 115 Los registros públicos de beneficiarios finales en Argentina: avances y retroceso de un proceso inconcluso
MARIA EUGENIA MARANO
- 159 Perspectivas no campo contratual para os próximos anos
MARCOS EHRHARDT JR.
- 167 Efeitos econômicos da pandemia de COVID-19 nos contratos empresariais brasileiros e a possibilidade de uma das partes contratantes majorar economicamente a prestação contratual em relação a outra parte contratante
PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA e WESLEY BENTO
- 219 Liberdade e família: uma proposta para a privatização das relações conjugais e convivenciais
RENATA VILELA MULTEDO
- 245 Projetos parentais ectogenéticos LGBT: o desafio da construção das famílias homoparentais e transparentais perante o ordenamento jurídico brasileiro
MANUEL CAMELO FERREIRA DA SILVA NETTO

ANO 9 | NÚMERO 24 | MAIO/AGOSTO | 2020

- 11 O estatuto da pessoa com deficiência, o modelo social dos direitos humanos e a (in)capacidade
GUILHERME MAGALHÃES MARTINS
- 27 A violação de direitos da personalidade do autor pela prática do *ghost writer*
LEONARDO ESTEVAM DE ASSIS ZANINI
- 45 Direito ao esquecimento e o *venire contra factum proprium*: os efeitos da autoexibição na era digital
TATIANE GONÇALVES MIRANDA GOLDHAR
- 69 A restrição de utilização do Airbnb pela convenção de condomínio
BERNARDO SILVA DE SEIXAS e YASMIN LEMOS CABRAL
- 95 Reflexões sobre a responsabilidade decorrente do contrato de corretagem imobiliária
PAULO ROBERTO ATHIE PICCELLI
- 105 A família na declaração universal dos direitos do homem: uma análise da sua evolução, transformação e perspectivas desde o âmbito internacional ao ordenamento jurídico brasileiro
KARINA BARBOSA FRANCO e PATRÍCIA FERREIRA ROCHA
- 123 A responsabilidade civil e administrativa aplicável aos acidentes marítimos e remoção de naufrágios
INGRID ZANELLA ANDRADE CAMPOS
- 137 Efeitos do coronavírus para a responsabilidade do empregador: uma perspectiva de direito civil
VITOR OTTOBONI PAVAN
- 171 Plágio e direito de autor
ALBERTO DE SÁ E MELLO
- 205 O superendividamento na terceira idade: uma análise sob a perspectiva do projeto de lei nº 283/2012
JULIA DE BAÉRE CAVALCANTI D'ALBUQUERQUE
- 219 A anacrônica Lei de Registros Públicos (LRP)
RAÍSSA DE LIMA E MELO
- 235 Breves notas sobre o perfil jurídico da união estável
MARCOS BERNARDES DE MELLO

- 263 Futuro do planejamento sucessório no Brasil: pela reforma do fideicomisso e pela vinda do contrato fiduciário
CLAUDIA STEIN VIEIRA

REVISTA FÓRUM DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Editora Fórum - Belo Horizonte, MG

ANO 17 | NÚMERO 99 | MAIO/JUNHO | 2019

- 9 Aspectos controversos do crime de apropriação indébita do ICMS
OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO e OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA NETO
- 47 Princípios da anterioridade e da noventena
HUGO DE BRITO MACHADO
- 63 A reforma tributária do IBS à luz dos princípios federativos e da capacidade contributiva
RICARDO LODI RIBEIRO
- 83 Interpretação econômico no direito tributário: desenvolvimento doutrinário e recepção pelo STF
ANDREI PITTEN VELLOSO
- 101 Normas jurídicas
SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO
- 127 O voto de qualidade na CARF e a inusitada figura da suspeição por presunção no direito administrativo aplicado brasileiro
ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY
- 143 Princípio da vedação às isenções heterônomas
KIYOSHI HARADA
- 157 Superior Tribunal de Justiça e a TUST/TUSD na base de cálculo do ICMS
NILSON RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR

ANO 17 | NÚMERO 100 | JULHO/AGOSTO | 2019

- 9 Anotações sobre a imunidade de contribuições sobre receitas de exportação
OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO
- 23 A capacidade contributiva no sistema tributário brasileiro
HUGO DE BRITO MACHADO
- 33 PIS/COFINS sobre o etanol e o princípio da legalidade: uma análise à luz da ADI 5.277/DF
SERGIO ANDRÉ ROCHA e MAURINE MORGAN P. FEITOSA
- 53 A vedação ao bis in idem e à bitributação no exercício das competências residuais (e das privativas)
FERNANDO MASAGÃO e RICARDO MARIZ DE OLIVEIRA
- 73 La respuesta fiscal a la crisis económica en España: principales cambios introducidos en el impuesto sobre sociedades tras la gran recesión de 2008-2009
MARIA JOSÉ LÓPEZ PÉREZ
- 97 El verdadero rol de los principios tributarios y el surgimiento de los derechos del contribuyente
EDDY DE LA GUERRA ZÚÑIGA

- 115 O princípio da proibição da bitributação (*non bis in idem*) – Jurisprudência e doutrina. Enunciados
JOSÉ AUGUSTO DELGADO
- 129 Utilização do incidente de desconconsideração na personalidade jurídica para a responsabilização tributária do artigo 135, III do Código Tributário Nacional
RAFAEL DE OLIVEIRA RODRIGUES
- 147 A tributação sobre o consumo na experiência europeia e a tributação das exportações no Brasil: o tratamento dado ao ICMS e ao IPI
EDUARDO DE SAMPAIO LEITE JOBIM
- 191 IPI – Importação – Ausência de processo de industrialização – Importação direta, por encomenda e por conta e ordem de terceiros – Ação judicial procedente com coisa julgada – Ação após desembaraço aduaneiro – Rescisória da Fazenda sem êxito
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS e ROGÉRIO VIDAL GANDRA MARTINS

ANO 17 | NÚMERO 102 | NOVEMBRO/DEZEMBRO | 2019

- 9 Uma finalidade econômica da Constituição Federal em relevantes decisões tributárias
GUSTAVO MIGUEZ DE MELLO
- 13 Proteção à confiança legítima e a aplicação do artigo 24 da LINDB no CARF
RICARDO LODI RIBEIRO
- 31 As hipóteses e condições de relativização do sigilo fiscal em face do *Parquet*
OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO
- 51 Direito Internacional Tributário: das origens ao contexto atual
SERGIO ANDRÉ ROCHA
- 79 Operações com finalidade de cobertura (*hedge*) e a proteção de fluxo de caixa de transações prováveis
RAMON TOMAZELA SANTOS
- 103 O conceito de praça na jurisprudência do CARF
FABRÍCIO SARMANHO DE ALBUQUERQUE
- 121 Substituição tributária progressiva no ICMS: mudança de paradigma, fato gerador presumido irrealizado e admissibilidade da complementação
VLADIMIR MORGADO

REVISTA IBDFAM FAMÍLIAS E SUCESSÕES

Instituto Brasileiro de Direito de Família - Belo Horizonte, MG

NÚMERO 35 | SETEMBRO/OUTUBRO | 2019

- 9 O abuso do direito no direito de família
ROLF MADALENO
- 41 Reconhecimento de paternidade socioafetiva no cartório de registro civil: mudanças significativas
ERICA BARBOSA E SILVA e FERNANDA TARTUCE
- 51 O destino dos animais de companhia no rompimento da união familiar
RAFAEL CALMON

- 63 Doação como antecipação de herança e colação: aspectos jurídicos controvertidos
MIGUEL BORGHEZAN e TÂNIA MARA SAKAMOTO BORGHEZAN
- 92 Cumprimento de sentença e execução de alimentos no novo Código de Processo Civil
DANIEL ROBERTO HERTEL
- 109 Por que alguns acordos e decisões judiciais não funcionaram para as famílias?
IANE NAIA DE OLIVEIRA RUGGIERO DEL BEL
- 121 *Habeas corpus* na prisão civil do devedor de alimentos: análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo
LUIZA TOSTA CARDOSO
- 135 O limite temporal à propositura das ações de investigação da paternidade em Portugal
THAÍS CESA E SILVA

NÚMERO 36 | NOVEMBRO/DEZEMBRO | 2019

- 9 Coparentalidade: a autonomia privada dos genitores em contraponto ao melhor interesse da criança
CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS e RODOLFO PAMPLONA FILHO
- 44 O pacto antenupcial e a renúncia à herança
GABRIELA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO e LETÍCIA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO
- 54 Qual a eficácia jurídica dos contratos de namoro?
LEONARDO AMARAL PINHEIRO DA SILVA
- 74 O Ministério Público nas ações de família: intervenção na tutela dos interesses da mulher vítima de violência doméstica
MARIO MORAES MARQUES JUNIOR
- 87 A possibilidade de indenização por danos morais decorrente do abandono efetivo inverso
FERNANDA FURLAN GIOTTI
- 100 Análise da natureza jurídica dos animais de estimação numa dissolução conjugal no âmbito de família eudemonista
LEILA MARIA CHAGAS SERRA e ANNA VALÉRIA DE MIRANDA ARAÚJO
- 118 Amor é amor, dinheiro é dinheiro: a infelicidade da presunção do esforço comum na comunhão parcial de bens
HELOÁ DA CONCEIÇÃO NUNES
- 142 A legítima sobre os bens de estrangeiros situados no Brasil: um diálogo entre normas brasileiras e estrangeiras
CALÂNCIO SOBRINHO RIOS e WALSIR EDSON RODRIGUES JÚNIOR

NÚMERO 37 | JANEIRO/FEVEREIRO | 2020

- 9 Alterações do regime de bens: efeito *ex tunc* ou *ex nunc*?
MARIA BERENICE DIAS
- 20 A vintena do testamenteiro
WENDEL DE BRITO LEMOS TEIXEIRA
- 43 O gênero e seus reflexos familiares no direito
VICTOR PATUTTI GODOY
- 64 A colocação de idosos em família substituta por meio da adoção: uma possibilidade?
PATRICIA NOVAIS CALMON
- 79 Da obrigatoriedade da designação da audiência de conciliação ou de mediação antes da decretação da prisão civil do devedor de alimentos em cumprimento de sentença
JAMILE AMIM AMARAL LEAL e FRANCISCO VIEIRA LIMA NETO

- 98 Famílias multiespécies: a guarda de animais de estimação em caso de dissolução da sociedade conjugal
CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS e RODOLFO PAMPLONA FILHO
- 126 Multiparentalidade: TJSC – Análise da decisão da apelação cível n. 0300233-75.2017.8.24.0068
ROLF MADALENO
- 140 A contribuição sobre os direitos das pessoas com deficiência e o instituto da tomada de decisão apoiada: uma conquista de liberdade e empoderamento jurídico
DANIELLE CARÔLLO DE OLIVEIRA OVALHE

REVISTA JURÍDICA

Ed. Notadez Informação – São Paulo, SP

ANO 70 | NÚMERO 510 | ABRIL | 2020

- 9 A releitura da capacidade sucessória passiva: mecanismos jurídicos para garantir proteção hereditária aos animais de estimação
PEDRO TEIXEIRA PINOS GRECO
- 27 Anotações sobre a dação em pagamento, a assunção e a cessão do crédito e os diversos negócios fiduciários
ROGÉRIO TADEU ROMANO
- 81 Mediação como método adequado de resolução de disputas aplicado à solução de conflitos familiares e seus reflexos no âmbito do judiciário brasileiro
JULIANA MELO NAVARRO
- 107 O paradoxo das polícias judiciárias cada vez mais “militarizadas” e as polícias militares cada vez mais “investigativas” um contrassenso constitucional que precisa ser reajustado e corrigido pelo poder político e pelas demais instituições
JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

ANO 70 | NÚMERO 511 | MAIO | 2020

- 9 Isolamento social dos idosos em virtude do covid-19: como fica o direito à convivência familiar?
ANELISE CRIPPA e JÚLIA ALVES CUNHA SANTOS
- 21 Direito contratual contemporâneo
GISELE LEITE
- 51 Transfobia prevista na lei? Erro essencial? Quanto à pessoa no casamento
PEDRO TEIXEIRA PINOS GRECO
- 69 Covid-19 desafia o sistema prisional brasileiro
ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES

ANO 70 | NÚMERO 512 | JUNHO | 2020

- 9 Coronavírus (covid-19) e a afetação normativa nos diversos ramos do direito
ROCCO ANTONIO RANGEL ROSSO NELSON e ISABEL CRISTINA AMARAL DE SOUSA ROSSO NELSON
- 49 O histórico legislativo do Brasil em relação ao estrangeiro: da proclamação da república até o Projeto de Lei nº 408, de 2018, do Senado Federal
PEDRO TEIXEIRA PINOS GRECO
- 71 Dirigismo e revisão contratual: dos códigos para o coronavírus à luz da dignidade da pessoa humana e do solidarismo
FELIPE CUNHA DE ALMEIDA

REVISTA MAGISTER DE DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

Ed. Magister – Porto Alegre, RS

ANO XV | NÚMERO 86 | OUTUBRO/NOVEMBRO | 2019

- 5 Autocomposição no desastre no Rio Doce: análise do programa de indenização mediada à luz das normativas consensuais e sua influência sobre ações coletivas de direitos individuais homogêneos
LORENZO CASER MILL, CAMILA MANTOVANE RIBETT, CLÁUDIO JANNOTTI DA ROCHA e RAFAELLA BOONE SCHIMIDT
- 26 Resíduos sólidos no Brasil: uma pauta inadiável
FAGNER HENRIQUE MAIA FEITOSA e TADEU ALVES SENA GOMES
- 44 A produção de biocombustíveis e o efeito sobre o uso indireto da terra (ILUC): análise das diretivas europeias sobre energias renováveis
FLAVIA TRENTINI
- 63 A complexidade do dano ambiental e a responsabilização civil no caso Samarco
DÉBORA DUARTE SACCHETTO e MÁRCIA ANDREA BÜHRING
- 89 Fundo Amazônia e Democracia
MAGNO FEDERICI GOMES e LEANDRO JOSÉ FERREIRA
- 107 Tombamento de bairros
SANDRA CUREAU

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

Ed. Magister – Porto Alegre, RS

ANO XVI | NÚMERO 95 | MARÇO/ABRIL | 2020

- 5 A Fiança, o bem de família, o Direito social à moradia e o ativismo do Supremo Tribunal Federal
LUIZ ANTONIO SCAVONE JUNIOR
- 19 A penhora do FGTS como instrumento capaz de elidir a prisão civil do devedor de alimentos
CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS e VIVIAVE TOSCANO SAD
- 37 Divórcio liminar como tutela provisória de evidência: avanços e resistências
FERNANDA TARTUCE
- 51 O crepúsculo da doutrina na elaboração jurisdicional brasileira
LUIZ SERGIO FERNANDES DE SOUZA

- 68 O teorema de Arrow e o processo coletivo – a inevitabilidade da representação
GUSTAVO OSNA e ATALIBA TELLES CARPES
- 83 Notas sobre as distinções e relações entre a responsabilidade civil e a responsabilidade penal
FÁBIO SIEBENEICHLER DE ANDRADE
- 101 Os novos conflitos coletivos e a readequação da atuação da Fazenda Pública
THIAGO SIMÕES PESSOA

ANO XVI | NÚMERO 96 | MAIO/JUNHO | 2020

- 5 Teoria da causa madura: por uma Justiça célere e eficaz no CPC/2015
MARCELO NEGRI SOARES, MAURÍCIO ÁVILA PRAZAK e HUDSON MASSAYOSHI AMANO
- 18 Aspectos formativos do contrato na atualidade
ANDREA CRISTINA ZANETTI e ERIK FREDERICO GRAMSTRUP
- 41 A valoração racional da prova: experiências luso-brasileiras
GIULIANO MÁXIMO MARTINS, FERNANDO MOREIRA FREITAS DA SILVA, MICHEL CANUTO DE SENA e PAULO ROBERTO HAIDAMUS DE OLIVEIRA BASTOS
- 63 O princípio da cooperação como instrumento de acesso à Justiça
RENATO MELLO LEAL e THIAGO MELIM BRAGA
- 80 Os novos ares da (a)tipicidade no Processo Civil: meios de prova e medidas executivas no CPC/2015
JOÃO MIGUEL GAVA FILHO e RENATO VAQUELLI FAZANARO
- 107 A Covid-19 e seus impactos no Processo Civil: uma análise sobre o motivo de força maior como ensejador da suspensão do processo e dos prazos, bem como de efeitos obstativos à preclusão
VICTOR MASSANTE DIAS

ANO XVII | NÚMERO 97 | JULHO/AGOSTO | 2020

- 5 A taxatividade das causas de exclusão da sucessão por indignidade e de deserdação no ordenamento jurídico brasileiro
WALSIR EDSON RODRIGUES JÚNIOR e VITÓRIA DE CASTRO CAPUTE
- 30 Direito ao adequado exame da prova no processo civil: uma análise sob a ótica dos direitos fundamentais
ANDRÉ MAGALHÃES PESSOA e JULIO CESAR DE AGUIAR
- 56 Tempo não é evidência: uma análise acerca do tempo processual como fundamento da tutela provisória baseada em evidência do artigo 311 do CPC
VOLNEI ROSALEN
- 78 Distinção conceitual entre vulnerabilidade e hipossuficiência no sistema jurídico brasileiro
FERNANDA TARTUCE e ROGER MOREIRA DE QUEIROZ
- 97 Capacidade da pessoa natural: aspectos civis e penais
OSWALDO HENRIQUE DUCK MARQUES e OSWALDO
- 113 A possibilidade de aplicação de medida coercitiva atípica para suspensão da carteira nacional de habilitação na execução civil de pagar quantia certa: avanço ou retrocesso?
RAPHAEL SILVA RODRIGUES, RODRIGO ALMEIDA MAGALHÃES, THIAGO PENIDO MARTINS e FAUEZ SHAFIR LEONARDO SEIF EDDINE

REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Ed. Magister – Porto Alegre, RS

ANO XVI | NÚMERO 95 | ABRIL/MAIO | 2020

- 5 Acordo de não persecução penal e suas repercussões no âmbito administrativo
OSWALDO HENRIQUE DUCK MARQUES e SILVIO LUÍS FERREIRA DA ROCHA
- 18 Aspectos criminais da lei geral de proteção de dados e tutela penal dos dados pessoais
JOÃO DANIEL RASSI, VICTOR LABATE e ELOISA YANG
- 30 Crimes relacionados à pandemia do novo coronavírus
LEANDRO BASTOS NUNES
- 44 Ensaio sobre o *Acaso* e seus corolários no direito e no processo penal
ORLANDO FACCINI NETO
- 59 A responsabilidade penal da pessoa jurídica e o *compliance* diante de situações de pandemia
MARCIO FERNANDES FIORAVANTE DA SILVA
- 81 O caso Neymar: divulgação de imagens íntimas sob a perspectiva da inexigibilidade de conduta diversa
SEBÁSTIAN BORGES DE ALBUQUERQUE MELLO e MARIANA RIBEIRO DE ALMEIDA

ANO XVI | NÚMERO 96 | JUNHO/JULHO | 2020

- 5 Prisão e pandemia – uma análise crítica das decisões do Supremo Tribunal Federal durante a crise da covid-19
BEATRIZ MASSETTO TREVISAN, JOÃO DANIEL RASSI, MARCOS FUCHS e REBECCA GROTERHORST
- 19 Juiz das garantias: uma análise crítica sobre a (in)eficácia do sistema proposto
GUSTAVO HENRIQUE DE ANDRADE CORDEIRO, THALES APORTA CATELLI e EMERSON ADEMIR BORGES DE OLIVEIRA
- 43 A responsabilidade penal por omissão do chefe do Poder Executivo no combate à epidemia viral do novo coronavírus (covid-19)
BRUNO ZANESCO MARINETTI KNIELING GALHARDO
- 63 O alcance da hediondez no crime de extorsão
OSWALDO HENRIQUE DUEK MARQUES e PAULO HENRIQUE ARANDA FULLER
- 72 O recebimento de honorários advocatícios maculados e o crime de lavagem de dinheiro
ANDRÉIA CRISTINA VIEIRA BRAGA
- 98 A (im)possibilidade de acesso a provas obtidas em aplicativo de mensagens instantâneas sem autorização judicial
AMÉRICO BEDÊ FREIRE JÚNIOR e EDUARDO DOMINGUES REZENDE
- 112 Direitos da personalidade e a Lei Maria da Penha: o dilema das cautelares nos Tribunais de Justiça do Brasil
HUGO ROGERIO GROKSKREUTZ e GUSTAVO NORONHA DE ÁVILA

REVISTA NACIONAL DE DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Instituto dos Advogados de São Paulo – São Paulo, SP

ANO VI | NÚMERO 32 | SETEMBRO/OUTUBRO | 2019

- 5 Prisão civil do alimentante inadimplente: convenção americana sobre Direitos Humanos e os Direitos Brasileiro e Argentino
LÉIA COMAR RIVA
- 19 A caracterização de famílias acolhedoras de bebês na cidade de Cascavel/PR
ANA CAROLINA GRESPAN ZAGO, ANA LAURA CASARIN CALEIRO, CAROLINE DE CÁSSIA FRANCISCO BUOSI VELASCO e VITOR HENRIQUE DA VEIGA E SILVA
- 34 A indenização por abandono afetivo familiar: uma análise acerca da competência e do procedimento
MICHELLE IVAIR CAVALCANTI DE OLIVEIRA
- 48 Análise acerca da obrigatoriedade de Regime de Bens imposta aos nubentes septuagenários
JOSÉ SERAFIM DA COSTA NETO e BRUNA AGRA DE MEDEIROS
- 64 Público, porém, privado: o testamento público e o direito fundamental à privacidade
CAROLINE MOCELLIN
- 85 Da guarda compartilhada como regra e sua possível e necessária aplicação mesmo em casos de litígio
FERNANDO BALDEZ DE SOUZA
- 101 A admissibilidade da multa diária nos casos de descumprimento do regime de visitação no âmbito do Direito de Família
EDUARDO LUIS GROSSO

ANO VI | NÚMERO 35 | MARÇO/ABRIL | 2020

- 5 A “família ética” em melhor reaprendizado no confinamento
JONES FIGUEIRÊDO ALVES
- 12 A instauração do inventário *causa mortis*: breves (mas não óbvias) anotações a partir do Regime Jurídico emergencial e transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do Coronavírus (Covid-19)
RODRIGO MAZZEI e DEBORAH AZEVEDO FREIRE
- 28 “Isonomismo” pressuposto: a declaração de inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil de 2002 não transformou o companheiro em herdeiro necessário
ELDER GOMES DUTRA
- 50 Consecução dos direitos dos transgêneros e novos modelos familiares
DANIELLA DE ALMEIDA TEIXEIRA e ÉRICA BARBOSA E SILVA
- 63 Tendências da mediação dos conflitos na área de família
MÔNICA DE CÁSSIA THOMAZ PEREZ LOBO
- 83 A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e as hipóteses de alteração do Patronímico
LARISSA CRISTINA LOURENÇO
- 105 O movimento feminista como fonte de reconhecimento jurídico e social das famílias eudemonistas: uma análise de como movimentos sociais contribuem para a evolução do Direito
CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS, PAULA FREIRE SANTOS ANDRADE NUNES e RODOLFO PAMPLONA FILHO

ANO VI | NÚMERO 36 | MAIO/JUNHO | 2020

- 5 Guarda compartilhada
MÁRIO LUIZ DELGADO
- 7 Guarda compartilhada: uma construção regida pelo princípio da afetividade
ÁGUIDA ARRUDA BARBOSA
- 17 Novamente a guarda compartilhada. Hora de um (derradeiro) diálogo interdisciplinar
JOSÉ FERNANDO SIMÃO
- 42 Discussões sobre guarda e convivência à luz do equívoco entre ações de família e ações de Estado
FERNANDA TARTUCE e DÉBORA BRANDÃO
- 56 Desafios da guarda compartilhada na pandemia: prevenção à alienação parental e uma breve análise comparativa em relação a outros países
MARIA CAROLINA NOMURA SANTIAGO
- 75 Guarda compartilhada: a reconstrução da parentalidade ante o fracasso da conjugalidade
SIDNEY SHINE
- 84 Um filho para chamar de seu
ÉLIO BRAZ MENDES
- 92 Da possibilidade da guarda compartilhada quando os genitores residirem em cidades distintas
LÍBERA COPETTI

REVISTA SÍNTESE DIREITO ADMINISTRATIVO

Ed. Síntese – Porto Alegre, RS

ANO XIV | NÚMERO 167 | NOVEMBRO | 2019

- 9 O uso da audiência pública em processos administrativos da ANEEL: reflexões acerca do princípio da participação da sociedade civil
TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL
- 34 Licitações e contratos administrativos
BENIGNO NÚNEZ NOVO
- 55 O mito da coisa julgada inconstitucional e a subsistência da ação de nulidade absoluta ou insanável e dos demais remédios processuais na matéria
ROGÉRIO TADEU ROMANO
- 81 A liberdade de ensino como imperativo ao pleno desenvolvimento da personalidade
EDNA TEIXEIRA VEIGA
- 215 Revisitando a teoria da separação dos Poderes
JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR

ANO XV | NÚMERO 174 | JUNHO | 2020

- 9 A consensualidade e o empoderamento na condução do processo administrativo e disciplinar (PAD): a aplicação da cultura do diálogo no processo de desburocratização no Poder Público
TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL
- 38 Lei nº 13.276/2018 – desburocratização da Administração Pública
HELTON KRAMER LUSTOZA

- 40 A contratação emergencial por dispensa de licitação em função da pandemia provocada pelo novo coronavírus
SIDNEY BITTENCOURT
- 54 Uma fuga do antropocentrismo jurídico: políticas públicas voltadas para animais “não humanos”
DANIEL PIRES LACERDA
- 222 A politização da calamidade pública gerada pelo avanço do Covid-19 no Brasil – anotações jurídicas
CARLOS SÉRGIO GURGEL DA SILVA

ANO XV | NÚMERO 175 | JULHO | 2020

- 9 O fundo nacional sobre mudança do clima: apontamentos à Lei nº 12.114/2009
TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL
- 24 Audiência pública remota em processos de licenciamento ambiental durante a pandemia do Covid-19: reflexões sobre o Projeto de Lei nº 1.602, de 2020
CARLOS SÉRGIO GURGEL DA SILVA
- 37 Nas ações de improbidade administrativa, os deletados também devem falar por último
VALBER MELO e FILIPE MAIA BROETO
- 46 Considerações sobre a Medida Provisória nº 934/2020
GISELE LEITE
- 48 O benefício assistencial de prestação continuada e a dignidade da pessoa humana: os limites presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal
ROGÉRIO TADEU ROMANO
- 69 Poder Público no contexto do novo coronavírus
ELÓI MARTINS SENHORAS
- 206 Prorrogação da vigência da LGPD favorece o capitalismo de vigilância e coloca em risco a sociedade brasileira durante e depois da pandemia do coronavírus
DEMÓCRITO REINALDO FILHO
- 214 Adiamento do início de vigência da LGPD – avaliação da MP 959, que adia entrada em vigor da LGPD para maio de 2021
LUÍS RODOLFO CRUZ E CREUZ

REVISTA SÍNTESE DIREITO DE FAMÍLIA

Ed. Síntese – São Paulo, SP

ANO XXI | NÚMERO 121 | AGOSTO/SETEMBRO | 2020

- 9 A prevalência do vínculo socioafetivo sobre o vínculo biológico no reconhecimento do estado de filiação
JAQUELINE SILVA VAZ ROSA
- 58 Pode existir testamento obrigatório? Uma solenidade adicional para os novos matrimônios
PEDRO TEIXEIRA PINOS GRECO
- 70 Coronavírus e a fixação de visitas virtuais frente ao direito de convivência
DANIELLY MARTINS VQUIETTI e RITA DE CÁSSIA NUNES MARTINS

- 77 A comunicação não violenta pode ser considerada um direito da criança e do adolescente?
DÉBORA CRISTINA HOLENBACH GRIVOT
- 80 Diretivas antecipadas de vontade (DAV) no Direito Brasileiro
CRISTIANA SANCHEZ GOMES FERREIRA

REVISTA SÍNTESE DIREITO EMPRESARIAL

Editora Síntese – São Paulo, SP

ANOXIII | NÚMERO 76 | SETEMBRO/OUTUBRO | 2020

- 9 Amplitude de legitimados para requererem recuperação judicial frente à pandemia da Covid-19
ANA CRISTINA REOLON e GABRIELA MÂNICA PASSOS
- 20 Da cláusula resolutiva como instrumento de proteção quanto aos efeitos da recuperação judicial: afronta à preservação da empresa ou exercício da liberdade contratual?
ANA CLAUDIA REDECKER e VALENTINA POWARCZUK
- 52 Os números preocupantes quanto à falência e recuperação judicial na pandemia
ROGÉRIO TADEU ROMANO
- 62 Guia de boas práticas e orientações ao comércio eletrônico – Conselho Nacional de combate à pirataria lança guia de orientações
LUÍS RODOLFO CRUZ E CREUZ
- 76 *Criminal compliance*: combate à corrupção na atividade econômica empresarial e seu impacto social
THIAGO MANCIO MILLIS
- 92 *Compliance* anticorrupção: sistema simplificado de gestão de integridade para micro e pequenas empresas
ARNALDO QUIRINO DE ALMEIDA
- 121 Implementação da LGPD pelas empresas em tempo de transformação digital
ADRIANO JANNUZZI MOREIRA e BERNARD MACHADO OTONI
- 234 Relação jurídica de consumo
BENIGNO NÚÑEZ NOVO

REVISTA SÍNTESE DIREITO IMOBILIÁRIO

Editora Síntese – São Paulo, SP

VOLUME IX | NÚMERO 53 | SETEMBRO/OUTUBRO | 2019

- 9 Lei nº 13.867/2019: prevê que o valor da indenização nas desapropriações por utilidade pública poderá ser definido por meio de mediação ou arbitragem
MÁRCIO ANDRÉ LOPES CAVALCANTE

- 16 A opção pela mediação ou arbitragem nas desapropriações - alterações promovidas pela lei nº 13.867, de 2019
EDUARDO RIBEIRO ALVES DE MORAES SARMENTO
- 20 Arbitragem no âmbito do direito internacional privado: as vantagens do mecanismo alternativo de solução de conflitos de caráter imobiliário
CATIA HELENA YAMAGUTI BARBUGIANI e LUIZ HENRIQUE SORMANI BARBUGIANI
- 45 Condômino antissocial
SÍLVIO DE SALVO VENOSA
- 49 Arrendamento rural - preço e pagamento fixados com produtos/frutos
ROBSON DE OLIVEIRA e OTÁVIO CIVIDANES RIBEIRO CABRAL
- 65 Perda da posse pelo fiduciante, no caso inadimplemento de contrato de financiamento, com garantia de alienação fiduciária de bem imóvel
ROBERTO WILSON RENAULT PINTO
- 79 Usucapião de bens imóveis urbano
LORENA LUCENA TORRES
- 199 Graus dos direitos reais imobiliários
ROGÉRIO TADEU ROMANO
- 210 Créditos oriundos de ações contra concessionárias ou outras devoluções
RODRIGO KARPAT

VOLUME IX | NÚMERO 54 | NOVEMBRO/DEZEMBRO | 2019

- 9 A função socioambiental do direito à propriedade
TATIANA FIRMINO DAMAS e TATIANA VETTORETTI PREVE WAN-DALL
- 32 O princípio da liberdade econômica e sua aplicabilidade nas concessões remuneradas de uso de bens do domínio público patrimonial
MARINÊS RESTELATTO DOTTI
- 46 Taxa ou contribuição associativa de loteamento fechado. Obrigatória ou facultativa?
ALEXANDRE CALLÉ
- 54 Direito de vizinhança e as obrigações *propter rem*
DÉBORA GARCIA SANTOS e DELAINE SOUTO
- 204 Alguns temas sobre a execução do crédito hipotecário
ROGÉRIO TADEU ROMANO
- 211 Fiador responde por contrato de locação prorrogado sem seu conhecimento?
LORENA LUCENA TORRES
- 213 Fique atento na hora de comprar imóvel na planta – saiba os cuidados que se deve ter para não cair nas armadilhas
RODRIGO KARPAT

VOLUME X | NÚMERO 55 | JANEIRO/FEVEREIRO | 2020

- 9 A usucapião extrajudicial como uma forma de desjudicializar o procedimento e a celebridade pela via administrativa
CAROLINA ZANDONAI
- 22 A usucapião extrajudicial: quais documentos são necessários, de acordo com o CPC atualizado pela Lei nº 13.465/2017 e provimento nº 65 do CNJ?
SCHEILA FERRARI D. LIMONGI

- 26 Uma análise dogmática quanto ao uso de bens públicos afetados a particulares
ROCCO ANTONIO RANGEL ROSSO NELSON e WALKYRIA DE OLIVEIRA ROCHA TEIXEIRA
- 45 Condômino antissocial
ALEXANDRE CALLÉ
- 52 O imposto sobre a propriedade territorial urbano (IPTU) como instrumento da política urbana para a efetividade da função social da propriedade
FABIANO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
- 76 O pressuposto da ação revisional de aluguel de imóvel urbano - notas sobre o artigo 19 da Lei nº 8.245, de 18.10.1991
JAQUES BUSHATSKY
- 89 Ainda são necessárias certidões para a lavratura de atos notariais (escritura de compra e venda, inventário e usucapião extrajudiciais)?
JULIO MARTINS
- 94 Obra em sistema de regime de administração por condomínio e ação de exigir ou de dar contas
THAÍS MALTA BULHÕES CAMPELLO
- 211 Mudanças na lei de desapropriações: um passo a mais na Lei nº 13.140/2015
ROGÉRIO TADEU ROMANO
- 232 Inspeção predial e a responsabilidade do síndico
LORENA LUCENA TORRES

REVISTA SÍNTESE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Ed. Síntese – Porto Alegre, RS

ANO XXI | NÚMERO 123 | AGOSTO/SETEMBRO | 2020

- 9 Covid-19 e a relativização de direitos suscita o uso de tecnologias como a videoconferência para garantia da conversa entre o preso e o advogado
ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES
- 18 Direito penal e pandemia: as condutas típicas que se apresentam em face do covid-19
ROCCO ANTONIO RANGEL ROSSO NELSON
- 49 Direito penal e o combate ao covid-19
GISELE LEITE
- 57 Lei de violência doméstica: temas atuais e controvertidos
ÉLCIO ARRUDA
- 103 Aspectos controversos sobre as renovações das interceptações telefônicas
ROBERTO BARBATO JR.
- 115 A tipicidade penal do fracionamento de procedimento licitatório
JOÃO GABRIEL CARDOSO e JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR
- 233 Alegações finais
RENATA JARDIM DA CUNHA RIEGER e FELIPE FAORO BERTONI

REVISTA SÍNTESE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Ed. Síntese – São Paulo, SP

ANO XIX | NÚMERO 98 | SETEMBRO/OUTUBRO | 2020

- 9 A nulidade da aposentadoria no regime próprio por ausência de contribuição no regime geral
BRUNO SÁ FREIRE MARTINS
- 23 Aposentadoria especial e proibição do exercício de atividades especiais: comentários ao tema nº 709 do Supremo Tribunal Federal
OSCAR VALENTE CARDOSO e ADIR JOSÉ DA SILVA JÚNIOR
- 42 Imunidades tributárias e as contribuições sociais para a seguridade social
RONALDO GUIMARÃES GALLO
- 66 O prazo decadencial para revisão da pensão por morte e as reformas de sentenças proferidas com fundamento na actio nata, após o cancelamento do tema nº 125 da TNU determinando flagrante desrespeito ao princípio constitucional da segurança jurídica
RICARDO LEONEL DA SILVA, SÉRGIO HENRIQUE SALVADOR e THEODORO VICENTE AGOSTINHO
- 76 Prova pericial, perícia e da declaração de óbito no direito processual civil e no direito previdenciário
DENISE HEUSELER e GISELE LEITE
- 232 Contribuição previdenciária do segurado desempregado: efeitos da revogação da MP 905/2019
MARCO AURÉLIO SERAU JUNIOR

REVISTA SÍNTESE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Ed. Síntese – São Paulo, SP

ANO X | NÚMERO 56 | ABRIL/MAIO | 2020

- 9 O alcance dos efeitos da penalidade de suspensão temporária de licitar e impedimento para contratar, previsto no inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8666/1993
MARCOS RENATO FAUSTINO e IVAN BARBOSA RIGOLIN
- 18 O novo pregão eletrônico. Novidades do Decreto nº 10.124, de 20 de setembro de 2019
IVAN BARBOSA RIGOLIN
- 55 As modalidades licitatórias aplicáveis à execução de obras e à prestação de serviços de engenharia (Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Projeto de Lei nº 1.292, de 1995)
MARINÊS RESTELATTO DOTI
- 67 O julgamento das propostas e dos documentos habilitatórios na Administração
DAVID AUGUSTO SOUZA LOPES FROTA
- 211 Os critérios de julgamento no projeto de Nova Lei de Licitações, aprovado pela Câmara dos Deputados
JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR

